



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
Rua Irineu Bomhusen, 320 - Centro
Praia Grande - SC - CEP 88990-000
Fone: (48) 35320132

Julgamento de Pedido de Impugnação

Referência: **Chamada Pública N.º 02/2021, Credenciamento Leiloeiros N.º 02/2021**

Trata-se de resposta ao Pedido de Impugnação ao Edital interposto por EDUARDO SCHIMITZ, pessoa física, inscrito no CPF sob o número 945.659.100-04, ora impugnante, a respeito do Edital de Chamada Pública n.º 02/2021, Credenciamento de Leiloeiro n.º 02/2021 que tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PESSOAS FÍSICAS) PARA REALIZAREM, MEDIANTE CONTRATO ESPECÍFICO, LEILÕES DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS EM DESUSO (VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E OUTROS) E IMÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E DEMAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.

DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do disposto do Art. 164 da Lei. 14.133/2021 qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Desse modo, observa-se que o pedido de impugnação foi protocolado via e-mail em 05/05/2021, e, considerando que a abertura da sessão pública está marcada para o dia 17/05/2021, o presente pedido apresenta-se tempestivo.

DAS RAZÕES

A pessoa física pede que a Administração retifique os itens "3.1" do Termo de Referência; "8.1.12" da minuta do contrato também o item "7.1.2" do Edital.

DO JULGAMENTO

Antes de iniciar o julgamento, propriamente dito, do pedido de impugnação, cabe salientar que o mesmo foi encaminhado para o setor jurídico da administração municipal, que encaminhou parecer jurídico e que este, por sua vez, foi levado em conta no momento do julgamento e fará parte do processo.

O julgamento foi feito baseado na oportunidade de maior participação no Credenciamento, tendo em vista de que a manutenção dos itens "3.1" do Termo de Referência e "8.1.12" pode diminuir em muito na participação de interessados.

Mas, por outro lado, a qualificação técnica é indispensável para a realização dos serviços pretendidos, sendo justo apenas a retificação do texto do item "7.1.2" do Edital.

PARECER JURÍDICO

DE: Assessoria Jurídica
CHAMADA PÚBLICA N.º 03/2021
CRENCIAMENTO LEILOEIRO N.º 02/2021
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL- EDUARDO SCHMITZ

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações. Impugnação ao edital. Irregularidade na exigência de infraestrutura de armazenamento.

RELATÓRIO

Trata-se de impugnação tempestiva, EDUARDO SCHMITZ, brasileiro, casado, Leiloeiro Oficial matriculado na JUCESC sob n. AARC 159, portador do RG n. 2032584704 (SJS/RS), inscrito no CPF sob o n. 945.659.100-04, com endereço à Rua Jordânia n° 507, Sala 02, bairro das Nações, Balneário Camboriú/SC.

No dia 14 de abril de 2021 o Município de Praia Grande/SC publicou a abertura de credenciamento de Leiloeiros Oficiais n° 01/2021. Em virtude das previsões editalícias de armazenamento de bens às expensas do leiloeiro e de protocolo pessoal da proposta este profissional impugnou aquele Edital. A referida impugnação foi julgada procedente pela Administração a qual optou por revogar o Credenciamento n° 01/2021.

Em 30 de abril de 2021, o Município de Praia Grande/SC, por meio de seu Prefeito, tornou público para os interessados, através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC de N° 3486, a realização de novo credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, com habilitação de interessados. Contudo, ao efetuar uma leitura detalhada do Edital, constatou-se que houve, com a devida vênia e s.m.j., irregularidades na confecção do certame, haja vista que a previsão de armazenamento em depósito do leiloeiro não foi suprimida, ademais, verificou-se exacerbado formalismo na exigência de atestado de capacidade técnica. Salienta-se que as referidas irregularidades precisam ser sanadas para o bom andamento do procedimento licitatório, conforme ficará demonstrado a seguir.

Em suma, por todas as razões expostas, REQUER-SE seja publicada retificação do Edital de Credenciamento n° 02/2021, dispensada a reabertura de prazo, com base no art. 21, §4º da Lei n. 8.666/93, com o fim de: a) Retificar o edital de credenciamento 02/2021, mais precisamente o item “3.1” do termo de referência e “8.1.12, a” da minuta do contrato, para eximir ou ressarcir os leiloeiros pelo o exercício de obrigações não precípua de sua atividade (armazenagens, guarda de bens, etc.); b) Retificar o item “7.1.2” do Edital de Credenciamento 02/2021 para fazer constar como única exigência técnica o atestado simplificado de capacidade.

É o breve relatório, passo a opinar,

1. FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre salientar que apreciação se restringe aos aspectos jurídico-formais, relativos ao CRENCIAMENTO LEILOERO N.º 02/2021, impugnação ao edital- protocolada por EDUARDO SCHMITZ, Leiloeiro Oficial, ficando sob a responsabilidade da Administração a adoção das recomendações apontadas pela assessoria.

No que tange, o item “3.1” do termo de referência e “8.1.12, a” da minuta do contrato.

A revisão é essencial para garantir o credenciamento dos leiloeiros, pois o leiloeiro é retribuído pelos serviços de venda dos bens.

Vejamos o que diz o artigo 40 do decreto 21.981/32:

"Art. 40. O contrato que se estabelece entre o leiloeiro e a pessoa, ou autoridade judicial, que autorizar a sua intervenção ou **efetuar a sua nomeação para realizar leilões, é de mandato ou comissão** e dá ao leiloeiro o **direito de cobrar judicialmente e sua comissão e as quantias que tiver desembolsado com anúncios, guarda e conservação** do que lhe for entregue para vender, instruindo a ação com os documentos comprobatórios dos pagamentos que houver efetuado, por conta dos comitentes e podendo reter em seu poder algum objeto, que pertença ao devedor, até o seu efetivo reembolso."

Portanto, caso a administração entenda necessário, o item "3.1" do termo de referência e "8.1.12, a" da minuta do contrato, deverá prever no edital, os valores com os custos extras dos serviços.

Por fim, em relação ao o item "7.1.2" do Edital de Credenciamento, o entendimento é de que deve ser retificado, onde está escrito "PREFEITURA", para que conste "PODER PÚBLICO".

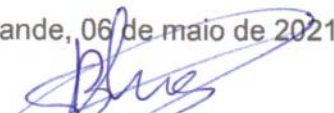
São estas as considerações, assim concluo.

2. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Consultoria manifesta, pelo **provimento**, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica desta consultoria.

É o parecer, encaminhado para apreciação.

Praia Grande, 06 de maio de 2021.


Sandro Bauer Luiz
OAB/SC 47.569-A